

## GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA

**Estudo Técnico Preliminar 39/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 67532.001054/2026-01

**2. Objeto**

2.1. Para a aquisição de produtos industrializados, será proposto, no âmbito deste processo administrativo, conforme art. 28, I, da NLLC, o Pregão Eletrônico.

2.2. A Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

2.3. O inciso I do Art. 3º da referida instrução define o estudo técnico preliminar como o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.3.1. Da leitura do dispositivo, é possível abstrair que, além de se servir a outros objetivos, os estudos técnicos preliminares devem descrever as alternativas possíveis para suprir determinada necessidade da administração, de modo a propiciar a escolha da melhor ou mais adequada solução.

2.3.2. A esse respeito, veja-se o que prescreve o caput do Art. 6º da referida instrução normativa: o ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

2.4. Nesse sentido, constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar registrar as alternativas possíveis para a aquisição de produtos industrializados, cujos quantitativos e requisitos serão evidenciados a partir deste documento.

**3. Descrição da necessidade**

3.1. O Comando da Aeronáutica, por meio do Grupamento de Apoio de Lagoa Santa, unidade estrategicamente localizada no município de Lagoa Santa, desempenha papel fundamental na sustentação das operações e atividades da Força Aérea Brasileira. No âmbito da ampla gama de serviços de apoio prestados pelo GAP-LS, destaca-se a missão de garantir o fornecimento adequado de alimentação para um efetivo aproximado de 2.000 servidores, entre militares e civis. Tal provisão assegura o direito à alimentação, conforme disposto na alínea "g", inciso IV, do art. 50 da Lei nº 6.880/1980.

3.2. Conforme determina a legislação, é prerrogativa do Grupamento de Apoio de Lagoa Santa, como integrante da Guarnição da Aeronáutica de Lagoa Santa, providenciar a alimentação necessária para todos os militares alocados tanto no próprio Grupamento quanto nas unidades apoiadas, que incluem o Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), o Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (PAMA-LS), a Prefeitura de Aeronáutica de Lagoa Santa (PALS), o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Lagoa Santa (DTCEA-LS) e o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Confins (DTCEA-CF).

3.3 A fim de garantir a qualidade e adequação das refeições oferecidas, o GAP-LS adota uma abordagem embasada em normas e regulamentações estabelecidas. Para o planejamento das refeições, são elaboradas propostas de cardápios semanais, que levam em consideração um balanceamento nutricional específico, indispensável às atividades que os militares desempenham no ambiente de caserna.

3.4 Esta abordagem é fortemente fundamentada na NSCA 145-1 (NORMAS DO SERVIÇO DE SUBSISTÊNCIA), Seção 4, letra "e", itens 1 a 9, que delineiam as considerações necessárias para a elaboração dos cardápios. Esses fatores incluem:

1. Princípios nutricionais adotados pelas Forças Armadas para a alimentação do pessoal.
2. Necessidades nutricionais específicas da tropa.
3. Condições climáticas inerentes ao local.

- 4. Natureza das atividades realizadas pelo pessoal alimentado.
- 5. Preferências e hábitos alimentares da equipe.
- 6. Evitar monotonia alimentar, promovendo variedade.
- 7. Consideração dos recursos financeiros e materiais disponíveis.
- 8. Qualificação da mão de obra responsável pelo preparo das refeições.
- 9. Idade e faixa etária do pessoal alimentado.

3.5 Neste contexto, a aquisição de gêneros alimentícios, como os materiais industrializados, é de extrema importância. Esses insumos são essenciais para viabilizar o preparo e a cocção dos alimentos necessários para o fornecimento das refeições diárias, tanto para os militares quanto para os servidores civis da GUARNAE-LS. Através dessa aquisição, o GAP-LS visa atender às necessidades nutricionais e garantir a qualidade e variedade das refeições, contribuindo para o bem-estar, saúde e eficiência de sua equipe, enquanto mantém o compromisso com os princípios e regulamentações que regem a alimentação nas Forças Armadas.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Subsistência	DAIRAN GOUVEIA DA SILVA Cap Int

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 A Lei 14.133/2021, em seu art. 67, dispõe sobre o tipo de documentação relativa à qualificação técnica que pode ser exigida, a fim de não serem impostas exigências desnecessárias ou excessivas, garantindo, ao mesmo tempo, a isonomia dos participantes, bem como que o vencedor do certame tenha condições técnicas de atender ao contrato.

5.2 A empresa interessada deverá apresentar pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por empresa jurídica de direito público ou privado, que comprove o desempenho da atividade de fornecimento do objeto da futura licitação.

5.3 O mencionado atestado deverá conter as seguintes informações: nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone para contato e descrição dos serviços realizados.

5.4. A aquisição será realizada por meio de Ata de Registro de Preços (ARP), conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. A seleção da proposta mais vantajosa será realizada mediante competição, considerando os requisitos técnicos e legais necessários para a aceitação e execução do objeto, buscando a satisfação plena do interesse público e a ampla participação de fornecedores. Os itens a serem adquiridos possuem características específicas de qualidade e desempenho, a serem atendidas integralmente para garantir a funcionalidade e a adequação dos materiais às suas finalidades. A contratação está subdividida por itens, e para cada um, foram definidos requisitos que devem ser cumpridos pelas propostas. A Administração se compromete a evitar a inclusão de requisitos desnecessários, mantendo as exigências em nível que permita a maior possibilidade de competição. Os requisitos são elaborados de forma específica, objetiva e compatível com o objeto da contratação como um todo, considerando as diferenças entre os diversos itens.

5.5 Conforme previsto na 8ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, para todos os itens, , cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

5.4.1 As Fichas Técnicas de Enquadramento que serão utilizadas são: Código 16-1 (itens:1, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 198, 200, 201, 212, 213); Código 16-2 (itens: 196); 16-3 (itens: 22, 23, 24, 48, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67,68, 75, 76, 93, 94, 95, 140, 165, 166, 167, 199, 204); Código 16-5 (itens:53, 54, 61, 62, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 186, 187, 188, 211); Código 16-6 (itens:2, 3, 4, 5, 205); Código 16-7 (itens: 20,21, 161, 162, 163, 164); Código 16-8 (itens: 125, 126, 206); Código 16-9 (item: 89,90,91); Código 16-11 (itens: 202, 203); Código 16-13 (itens: 8, 158, 159, 160, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 193, 207, 208, 209, 210).

5.4.2. Caso o fabricante não esteja obrigado a esse registro por força de legislação específica, deverá ser apresentada uma declaração comprobatória ou documento equivalente, sob as penas da lei.

## 6. Levantamento de Mercado

6.1 Foram consideradas diferentes fontes dentro do painel de preços que é um site governamental e, na internet, a fim de ser detectada contratação similar feita por órgãos e entidades, com o objetivo de identificar a existência de novas tecnologias, metodologias e inovações que melhor atendam as necessidades da Administração.

6.2 A aquisição direta também foi considerada, entretanto, sem a realização de um amplo levantamento de mercado, esta opção pode levar a preços mais elevados e à ausência de competição, comprometendo a economicidade da contratação.

6.2 Esta equipe de planejamento não encontrou outras tendências, inovações ou metodologias que poderiam alterar o tipo de solução a contratar, justamente por ser uma aquisição comum para uma demanda básica.

6.3 Dessa forma, para o atendimento da presente demanda, somente visualizou-se uma opção disponível no mercado, que é justamente a aquisição por meio de Ata de Registro de Preços, ou seja, serão adquiridos somente os bens necessários para atenderem às reais necessidades da GUARNAE-LS, em conformidade com o Decreto 11.462, de 31 de março de 2023,, acarretando economia de recursos financeiros.

6.4 Os Itens em questão, definidos no Documento de Oficialização da Demanda (DOD), atendem às especificações usuais constantes no Mercado e destinam-se a utilização pelas organizações militares da Guarnição de Aeronáutica de Lagoa Santa;

6.5 Assim a Administração optou por realizar a presente Aquisição/Contratação, através do Sistema de Registro de Preços - SRP, com base no disposto no art. 3º, inciso V do Decreto nº 11.462, de 2023, o qual diz que o aludido Sistema poderá ser adotado quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Considerou, ainda, o fato de que o referido Sistema possibilita um controle mais efetivo quanto à Distribuição dos Itens a serem adquiridos, traduzindo-se no estímulo ao Consumo Sustentável/Consciente.

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1 A Aquisição de gêneros alimentícios (Industrializados) caracteriza-se como aquisição de bens comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

7.2 Após a pesquisa de mercado relacionada a essa aquisição, optou-se pelas especificações e quantitativos descritos no Documento de Oficialização de Demanda. Dessa forma foi levado em conta o melhor custo x benefício, como também o atendimento das necessidades relacionadas pela área requisitante. Assim sendo, será necessária uma aquisição racional, ou seja, que a um só tempo não admita acumular itens demais e que estejam em quantidades suficientes para o adequado atendimento das demandas.

7.3 Devido a aspectos fundamentais para a administração como a melhor eficiência administrativa, com a possibilidade de a contratação ser realizada de acordo com a necessidade da Instituição, o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, a contratação rápida e flexível com recursos significativamente menores que os utilizados em um processo licitatório tradicional e a possibilidade de atendimento das demandas que originaram a licitação por um período de até 12 meses, optou-se por conduzir a aquisição por meio de pregão eletrônico SRP, seguindo a modalidade de menor preço, conforme estipulado pelo artigo 3 do Decreto 11.462, promulgado em 31 de março de 2023. Esta escolha é fundamentada na necessidade de atender de maneira eficiente e econômica as demandas do Grupamento de Apoio de Lagoa Santa (GAP-LS) e demais Organizações Militares Apoiadas.

7.4 A vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 1 (um) ano, sendo prorrogável por igual período (até o limite de 2 anos), conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 11.462/2023. A prorrogação da vigência ensejará a renovação dos quantitativos inicialmente registrados. Os preços serão passíveis de reajuste após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data limite para apresentação das propostas, utilizando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) como indexador, desde que haja manifestação formal de interesse da Administração, com a devida comprovação da vantajosidade e da economicidade da manutenção do registro.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 A metodologia utilizada para definição dos quantitativos de cada item objeto desta contratação encontra-se detalhada no item 4, "Metodologia utilizada para estimar a quantidade", do Documento de Oficialização da Demanda.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 7.356.066,99

9.1. A formação do valor estimado para a presente contratação foi pautada por um rigoroso processo de pesquisa de preços, buscando traduzir de forma fidedigna as condições de mercado. Este cuidado primordial visa não apenas a conformidade legal, mas também assegurar a vantajosidade econômica para a Administração Pública, evitando propostas inexequíveis ou excessivamente elevadas que poderiam comprometer a eficiência do apoio prestado pelo GAP-LS às Unidades da Aeronáutica e, especificamente, à missão do SSUB de fornecer alimentação à guarnição de Lagoa Santa. A precisão na estimativa é fundamental para a gestão parcimoniosa dos recursos e o atingimento dos objetivos institucionais.

9.2. Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, a pesquisa de mercado foi meticulosamente conduzida. Dedicou-se especial atenção à representatividade quantitativa dos itens utilizados como referência para as precificações, à análise da dispersão dos valores coletados em relação à média e à robustez das ferramentas de pesquisa empregadas. Tais ações visam garantir a solidez e a confiabilidade dos dados que subsidiam o valor total da contratação.

9.3. Para atestar a homogeneidade da amostra de preços coletada, empregou-se o Coeficiente de Variação (CV), um indicador estatístico reconhecido por sua eficácia na avaliação da consistência dos dados. O CV, calculado como a razão entre o Desvio Padrão e a Média de um conjunto de dados, fornece um parâmetro objetivo para determinar a razoabilidade da amostra. Na presente análise, obteve-se um coeficiente de variação inferior a 25% para os itens pesquisados, indicando uma alta homogeneidade dos valores. Este resultado confere substancial confiabilidade aos preços correntes estabelecidos e à coerência da estimativa de valor para o objeto da contratação.

9.4. A pesquisa de preços priorizou a consulta a contratações similares realizadas pela Administração Pública nos últimos doze meses, conforme preconizam os incisos I e II do art. 5º e o § 1º do art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021. Esta abordagem visa garantir que os valores estimados reflitam as práticas de mercado mais recentes e as condições reais em que o setor público tem se abastecido, conferindo maior aderência e confiabilidade às informações utilizadas.

9.5. Um processo de análise crítica rigoroso foi implementado para a depuração dos valores coletados. Eventuais preços inconsistentes, sejam eles inexequíveis por sua baixa significância ou excessivamente elevados e fora da realidade de mercado, foram cuidadosamente excluídos. Esta etapa, essencial para garantir a atualidade e a realidade dos valores de referência, foi auxiliada pela aplicação do Coeficiente de Variação, reforçando a consistência e a validade da base de preços apurada.

9.6. Os dados que embasaram a pesquisa foram extraídos de fontes históricas confiáveis e de bases de dados oficiais, refletindo as práticas de mercado. Observou-se com rigor a correspondência entre as unidades de fornecimento, os materiais empregados e as características intrínsecas do objeto da presente contratação, em estrito atendimento ao Art. 6º da IN 65/2021. Essa observância assegura que a comparação de preços seja feita com itens e condições equivalentes, elevando a acurácia da estimativa.

9.7. O detalhamento completo do método empregado para a definição do valor estimado, incluindo todos os dados levantados, a memória de cálculo minuciosa e os documentos de suporte, está pormenorizado, item a item, no Relatório Detalhado da Pesquisa de Preços.

9.8. Para a aplicação do Inciso I, procedeu-se à coleta inicial de cotações de preço unitário a partir da base pública do Governo Federal. Em seguida, os dados foram filtrados para incluir apenas as compras homologadas nos últimos doze meses. Posteriormente, calculou-se a mediana da amostra resultante e, para mitigar distorções, foram descartadas todas as cotações cujo valor excedesse esse ponto central, eliminando ofertas excessivamente elevadas. Com o conjunto de preços remanescentes, efetuou-se o cálculo da média aritmética, que definiu o valor estimado final do item, em estrita observância ao disposto no referido inciso da IN.

9.9. No que concerne ao Inciso II, a metodologia consistiu na coleta de resultados de contratações similares. A partir desses dados, o preço estimado foi determinado por meio da aplicação da métrica estatística mais adequada e representativa do conjunto de informações obtidas, garantindo a utilização de valores que refletem o cenário de outras contratações já efetivadas.

9.10. Na eventualidade de não ser possível a utilização satisfatória das cotações baseadas nos incisos I e II, foram empregadas outras fontes de pesquisa, conforme explicitado no relatório técnico. Nesses casos, a média aritmética simples dos resultados encontrados foi o método adotado para a definição do valor.

9.11. Diante de todo o exposto, constata-se que os preços derivados da pesquisa realizada demonstram compatibilidade com a realidade de mercado do objeto que se pretende contratar. A metodologia empregada, em plena consonância com os termos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, e suas alterações, confere solidez e justificativa ao valor estimado. Desta forma, o presente processo se encontra apto a prosseguir para as etapas subsequentes, assegurando a contratação mais vantajosa para o GAP-LS na execução da missão do SSUB.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 A licitação em questão será realizada por item, pois os objetos são divisíveis. Foi verificado que não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda da economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

10.2 artigo 40 da Lei nº 14.133 em sua alínea b, orienta para o parcelamento das compras efetuadas pela Administração, desde que seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

10.2.1 Conforme parágrafo 2º do referido artigo, na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

10.3 Desta forma, optou-se pelo parcelamento do objeto segundo suas características de fornecimento através da distinção das unidades de medida usuais do mercado e compatíveis com os serviços a serem prestados.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não há contratações vigentes que guardem relação ou afinidade com o objeto da contratação pretendida e não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 As contratações públicas no âmbito do COMAER estão reguladas pela Instrução Normativa nº 65 de 07/07/2021 do Ministério da Economia, pelo Manual de Contratações Públicas - MCA 172-4 (módulo 3), que, por sua vez, têm por objetivo estabelecer rotinas e procedimentos a serem adotados nos processos de aquisições da Força Aérea Brasileira como um todo.

12.2 Segundo a Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 11-1, que dispõe sobre a "Sistemática de planejamento e gestão institucional da Aeronáutica", o planejamento institucional da Aeronáutica pode ser classificado em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático.

12.3 O planejamento no Nível Tático é focado no detalhamento e na execução das tarefas derivadas dos projetos e atividades dos Planos Setoriais, permitindo a confecção de um Programa de Trabalho Anual (PTA).

12.4 As contratações a serem realizadas pela DOC do Grupamento de Apoio de Lagoa Santa/MG – GAP-LS são previstas no PTA para o ano subsequente, sendo orientadas de forma integrada e articulada com o Manual de Procedimentos das Unidades de Apoio e Apoiadas, MCA 172 4/2020 e com o Plano Setorial (PCA 11 18/2020) para o cumprimento das diretrizes apresentadas na DCA 11 118/2020 (Diretriz de Planejamento Institucional).

12.5 No âmbito da GUARNAE-LS, para coordenação das compras públicas é confeccionado um Plano de Aquisições e Contratações (PAC) anualmente. Ele contempla, desde o planejamento da demanda, até a ata homologada ou contrato assinado, sendo de competência da UG Apoiadora sua confecção e aprovação. O PAC abrange toda a Guarnição de Lagoa Santa e é coordenado pela Seção de Planejamento (DOC-2) da Divisão de Obtenções e Contratos (DOC).

12.6 De acordo com a ICA 179 1/20, as aquisições e contratações de serviços são mensalmente acompanhadas por meio de reuniões de Prestação de Contas. As reuniões são realizadas com a participação dos gestores e do Comandante do Grupamento. Nelas são apresentadas as contratações planejadas e as executadas no período. Por meio da Previsão Orçamentária de Gastos, do Plano Anual de Contratações (PAC) e do Plano de Obras e Serviços de Engenharia (PPO), previstos nos PTAs, as licitações são administrativamente estruturadas e viabilizadas.

12.7 No PAC, o nível de responsabilidade é definido pelo tipo da demanda. No caso das demandas vegetativas, o GAP-LS confecciona desde a captação da demanda até a homologação do certame. Já nas demandas de interesse exclusivo, cada Organização Militar faz a instrução processual até gerar o Pedido de Aquisição de Material (PAM) e o GAP-LS é responsável pela elaboração do edital até a homologação.

12.8 O PAC é a materialização do planejamento das contratações e é composto por um cronograma com estabelecimento de fases e suas respectivas datas. Ele pode ser dividido em duas grandes fases: planejamento, que envolve a captação da demanda, críticas e correções, e a execução. O início da primeira fase é marcado por briefings direcionados a todos os militares envolvidos com as contratações e neles todo o processo de planejamento e execução é pormenorizado. Cada agente público participante é designado e publicado em boletim. O PAC do ano subsequente é confeccionado de janeiro a novembro do ano anterior, que corresponde à fase de planejamento do Plano e, para sua elaboração, são realizadas reuniões com os Setores de Planejamento das Organizações Militares – OMs envolvidas com o objetivo de atualizar o acompanhamento do Plano de Aquisições em andamento, estabelecer a priorização dos processos, verificar a execução orçamentária e outras instruções ou orientações pertinentes. Conforme definido no PTA 2023, para esta Atividade é utilizado o indicador “I = X/Y”, em que X representa os processos concluídos e Y os processos previstos, além de outros indicadores relevantes para o acompanhamento do Plano.

12.9 A exposição das demandas a serem contratadas no ano subsequente são analisadas e conferidas pela DOC-, como descrição do objeto e quantidades, sendo diagnosticadas possíveis falhas e ações corretivas são tomadas junto às áreas demandantes. A fase de execução é composta pela confecção dos processos propriamente ditos, conforme ordem definida no Calendário de Licitações, que é aprovado pelo Ordenador de Despesas.

12.10. A fase de execução é composta pela confecção dos processos propriamente ditos, conforme ordem definida no Calendário de Licitações, que é aprovado pelo Ordenador de Despesas.

12.11 A partir da publicação do PAC, é feito acompanhamento semanal e, por vezes, diário, do Plano em que vários dados que envolvem as contratações são apurados, como: demora na informação das demandas pelas áreas, risco da não contratação, ata vigente, dificuldades na obtenção de cotações, apontamentos do Controle Interno/CGU, entre outros.

12.12 Os processos com previsão de homologação no ano subsequente são abrangidos pelo PAC, no entanto, ocasionalmente, são incluídas demandas não previstas mediante justificativa apropriada. A DOC-2, Seção de Planejamento da Divisão de Obtenções, realiza detalhados com as OMs Apoiadas em que são dadas orientações sobre briefings o preenchimento dos documentos, sobre estimativa e justificção das demandas, informação da dinâmica por tipo de demanda, definição de prazos para cada área enviar seus Termos de Oficialização da Demanda e são sanadas das dúvidas das áreas demandantes.

12.13 O E-PAG no Siloms contém o registro de todas as evoluções dos processos e seus subprocessos, possibilitando maior transparência aos procedimentos.

12.14 Conforme tabela abaixo, os responsáveis pelas contratações são definidos de acordo com o tipo de demanda:

TIPO DE DEMANDA	RESPONSÁVEL
VEGETATIVA (Essenciais ao funcionamento das UG Apoiadora e Apoiada)	GAP-LS
NÃO VEGETATIVA RECORRENTE (Rotineiras, organizadas e consolidadas pela UG Apoiadora, com o fornecimento de informações por parte das UG Apoiadas)	
INTERESSE EXCLUSIVO (atendem exclusivamente o interesse da UG requisitante)	U G REQUISITANTE

12.15 Após a classificação do tipo de demanda, o planejamento é distribuído em fases e para cada uma delas são estabelecidos os prazos de execução e respectivos responsáveis, conforme abaixo:

FASE	RESPONSÁVEIS
CAPTAÇÃO DA DEMANDA	SETOR DE PLANEJAMENTO DA OM E GESTORES
CRÍTICA GAP-LS	GAP-LS (DOC-2)

12.16 A contratação em referência foi prevista com base nas contratações similares realizadas em anos anteriores, na demanda atual apontada pela área envolvida e foi definida no PAC 2026.

12.17 A contratação objeto deste Estudo foi devidamente prevista e sua viabilidade foi analisada na fase de planejamento PAC, passando agora à fase de execução.

### 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 Segundo o inciso X do Artigo 9º da Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, “resultados pretendidos” diz respeito à “economicidade” e “melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros”, conforme transcrito a seguir: a) Art. 9º Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no Sistema ETP Digital os seguintes elementos: (...) X - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. O grifo em itálico foi acrescentado ao texto original.

13.2 No Art. 5º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, o legislador elevou à categoria de princípio o desenvolvimento nacional sustentável, nos seguintes termos: Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

13.3 O desenvolvimento nacional sustentável desdobra-se em novos contornos consubstanciados na satisfação de políticas públicas sociais, econômicas e ambientais.

13.4 No caso da contratação ora em análise, é possível vislumbrar a dimensão social e econômica da contratação, exatamente em função de ser um objeto que será adjudicado por item e, por isso mesmo, a competitividade ocorrerá entre as faixas de empresários, provavelmente locais, que teria menor capacidade de concorrer se o objeto fosse adjudicado pelo valor global.

13.5 A presente contratação gerará vários ganhos diretos para GUARNAE-LS, tais como:

#### 13.5.1 Eficiência Operacional:

- Garantir um abastecimento contínuo e eficiente de alimentos industrializados para atender às necessidades da GUARNAE-LS.
- Reduzir o tempo de preparo e manipulação de alimentos, otimizando os processos internos;

#### 13.5.2 Variedade e Qualidade Nutricional:

- Oferecer uma diversidade de gêneros alimentícios que atendam às demandas nutricionais dos membros da GUARNAELS.
- Assegurar a qualidade nutricional dos produtos adquiridos para promover uma alimentação balanceada.

#### 13.5.3 Controle de Estoque e Prazo de Validade:

- Gerenciar eficientemente o estoque de gêneros alimentícios, evitando excessos ou faltas, para manter a disponibilidade dos produtos quando necessário.
- Monitorar rigorosamente os prazos de validade dos alimentos, assegurando a segurança alimentar e evitando desperdícios.

13.6 Além dos ganhos diretos, a contratação permite os seguintes ganhos indiretos

1. Efetividade de atuação da Guarnição;
2. Relação custo X benefício vantajosa para a Administração;
3. Melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis na Guarnição para suas atividades fins;
4. Ganhos em termos de economicidade devido à disputa de preços;
5. Contratação de fornecedor que tenha as condições que satisfaçam as exigências para esse fornecimento;
6. Desenvolvimento nacional sustentável, conforme exposto acima.

## 14. Providências a serem Adotadas

14.1 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por militares, equipe de fiscalização ou único militar, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.2 Tendo-se em vista a fiscalização do contrato, será importante que o fiscal/equipe tenha conhecimento do objeto a ser contratado, para atuar na fiscalização da entrega dos produtos de maneira satisfatória, dentro do prazo e com boa qualidade.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Licitação sustentável é a licitação que integra considerações socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 6ª. Ed. DF: 2023).

15.2 O TCU possui acórdão tratando de sustentabilidade nas contratações:

[...] louvável a preocupação dos gestores em contratar empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais deve se dar paulatinamente, de forma que os agentes do mercado possam se adaptar a essas novas exigências antes delas vigorarem plenamente. Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos. (TCU. PROC. Nº. 003.405 /2010–9. MIN. REL. BENJAMIN ZYMLER. DJ: 24/02/20102 ).

15.3 Desse modo, são requisitos mínimos para as respectivas aquisições que devem obedecer aos critérios de sustentabilidade:

15.3.1 A empresa deverá possuir a licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dias com as respectivas licenças;

15.3.2 Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações;

15.3.3 Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada;

15.3.4 Os equipamentos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu funcionamento (tempo de uso);

15.4 As empresas poderão comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental (ACÓRDÃO Nº. 508/2013 – TCU PLENÁRIO; ACÓRDÃO Nº. 2.403/2012 – TCU – PLENÁRIO e ACÓRDÃO Nº. 1.929/2013 – TCU – PLENÁRIO).

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.



16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante da imperativa necessidade de garantir a segurança alimentar e a prontidão operacional do efetivo de mais de 2.000 pessoas da GUARNAE-LS e unidades apoiadas, e considerando a análise técnica que validou a Ata de Registro de Preços via Pregão Eletrônico como a solução mais eficiente, econômica e aderente à Lei nº 14.133/2021, a presente aquisição está integralmente justificada. A capacidade da ARP de viabilizar entregas fracionadas, otimizar a gestão de recursos e mitigar riscos de desabastecimento, conforme detalhado neste ETP, confere a esta contratação a robustez necessária para sua efetivação e para o atendimento aos elevados padrões exigidos.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PYTERSON DA SILVA BRANDAO**

Chefe da Seção de Planejamento

**ANA PAULA GUIMARAES SILVA**

Membro da Equipe de Planejamento

**MARCELA DUARTE DE SOUZA**

Membro da Equipe de Planejamento

**BARBARA DA SILVA CAETANO**

Ordenadora de Despesas

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Boletim Equipe de Planejamento (1).pdf (850.0 KB)



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Data/Hora de Criação:	23/03/2026 14:11:47
Páginas do Documento:	10
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	11
Hash MD5:	9f619893eb9fc6ae21acc3bb14340f01
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento MARCELA DUARTE DE SOUZA no dia 23/03/2026 às 15:01:16 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento ANA PAULA GUIMARÃES SILVA no dia 24/03/2026 às 10:16:46 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten PYTERSON DA SILVA BRANDÃO no dia 27/03/2026 às 10:51:54 no horário oficial de Brasília.